

RECURSO ESPECIAL Nº 1.638.242 - RS (2016/0299747-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : DANIEL KNIJNIK
RECORRENTE : FABIO DAVI KNIJNIK
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO BEZERRA CAMPOS E OUTRO(S) - RS014624
HELOISA KORB BONDAN - RS097143
RECORRIDO : FELIPE MELNICK
RECORRIDO : FERNANDO MENDA TORNAIM
RECORRIDO : FERNANDO MENDA TORNAIM
RECORRIDO : JULIANO MELNICK
RECORRIDO : LEANDRO MELNICK
ADVOGADOS : FLAVIANA RAMPAZZO SOARES - RS045810
EDUARDO SIQUEIRA NÉRI - RS079708
MATHEUS LIMA SENNA E OUTRO(S) - RS102277
INTERES. : ZAIDA GRIMBERG LEWIN
INTERES. : CRISTIANE ZAPELINE
INTERES. : MARCOS OBAL COLVERO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por DANIEL KNIJNIK e FABIO DAVI KNIJNIK, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na origem, a demanda versa sobre ação anulatória de negócio jurídico cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais proposta por DANIEL KNIJNIK e FABIO DAVI KNIJNIK em face de FELIPE MELNICK e OUTROS, na qual, por meio de decisão interlocutória foi rejeitada a alegação dos réus de inépcia da petição inicial.

Em sede de agravo de instrumento, a Corte Estadual desproveu o reclamo nos seguintes termos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. INICIAL QUE DESCREVE OS FATOS DE FORMA RAZOÁVEL E PEDE A APLICAÇÃO DO DIREITO AO CASO CONCRETO, NÃO PODE SER CONSIDERADA INEPTA. PREJUDICIAIS SUSCITADAS EM SEDE DE AGRAVO QUE NÃO SÃO CONHECIDAS, EIS QUE PODE OCORRER SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGARAM PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração pelos agravantes, restaram acolhidos para julgar extinto o feito pela ausência de legitimidade ativa dos agravados (fl. 403/408, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. OMISSÃO. VÍCIO SANADO.

ILEGITIMIDADE ATIVA DOS AGRAVADOS PARA PROPOR A AÇÃO ORIGINÁRIA. EXTINÇÃO DO FEITO. À UNANIMIDADE, ACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ATRIBUINDO-LHES EFEITO INFRINGENTE PARA JULGAR EXTINTO O FEITO.

Em sequência, os embargos declaratórios opostos pelos agravados, ora recorrentes foram rejeitados (fls. 428/434, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENFRENTAMENTO DAS TESES APRESENTADAS.

O juiz não é obrigado a enfrentar todas as teses apresentadas pela parte, mas apenas as necessárias a amparar seu convencimento. Conteúdo infringente.

Não se acolhem embargos declaratórios dotados de inequívoco conteúdo infringente, exceto em situações excepcionais, o que incorreu na espécie. Precedentes jurisprudenciais. À UNANIMIDADE, DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Nas razões do recurso especial (fls. 461/489, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos seguintes dispositivos de lei federal: **(i) artigo 1.022, II e 437, §1º ambos do CPC/15**, ao argumento que houve negativa de prestação jurisdicional; **(ii) artigos 17 e 70 ambos do CPC/15**, sustentando sua legitimidade, pois *"foram os Recorrentes (pessoas físicas) quem firmaram o instrumento particular de acordo de fls. 86-88 dos autos principais (fls. 177/180 do Agravo de Instrumento), através do qual assumiram obrigações mediante erro, sem ter conhecimento pleno da real situação dos empreendimentos"*, bem como, afirmam ser *"possível concluir que apesar de aparentar em determinados documentos que a negociação deu-se entre pessoas jurídicas, o negócio jurídico como um todo envolvia a compra e venda de estabelecimento, entre as pessoas físicas, sendo que estas pessoas físicas foram induzidas ao erro"*; **(iii) artigo 113 do Código Civil**, aduzindo a ocorrência de má-fé pelos recorridos.

Contrarrazões (fls. 536/568, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 578/586, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

1. Com efeito, quanto à alegação de que *"a Juíza de primeiro grau sequer proferiu juízo quanto as questões de ilegitimidade. Consequentemente, sequer há recurso para essa decisão. Não poderia o Tribunal de 2º grau decidir sobre tal matéria, quando não houve apreciação pelo Juízo de primeiro grau. É uma clara ofensa ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição"* (e-STJ, fl. 470), verifica-se tal tese não foi discutida pelo Tribunal de origem.

A recorrente buscou a manifestação do órgão julgador acerca da matéria que julga indispensável ao deslinde da controvérsia, através dos embargos de declaração (fls. 413/426, e-STJ), no qual alegou a ocorrência de supressão de instância, em total contrariedade ao princípio do duplo grau de jurisdição, aduzindo que a análise do tema *"foi relegada para momento posterior, juntamente com o mérito da ação. Esta*

circunstância obstaculiza o exame das preliminares por esta corte, já que, se não foram objeto da decisão pelo juízo de primeiro grau, não pode haver decisão pelo segundo grau".

No entanto, o Tribunal de origem, instado a se pronunciar, não enfrentou a controvérsia estabelecida nos embargos de declaração, sobre o fato de que a questão da (i)legitimidade não poderia ser objeto do agravo de instrumento, o que configura - de fato - a ofensa ao art. 1022 do NCPC.

Vale destacar, esta Corte tem entendimento no sentido de que deve ser acolhida a preliminar de ofensa ao art. 1022 do CPC/15 (correspondente ao art. 535 no CPC/73), quando houver deficiência na prestação jurisdicional realizada na origem, em razão de omissão a respeito de pontos relevantes para o correto deslinde do feito.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Os embargos declaratórios são cabíveis para a modificação do julgado que se apresenta omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar eventual erro material no julgado. [...] 3. Havendo deficiência na prestação jurisdicional realizada no Tribunal de origem, é de acolher a preliminar de violação do art. 535 do CPC para determinar o retorno dos autos para que sejam sanadas as omissões apontadas. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso especial de SCHAEFFLER BRASIL LTDA., e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se manifeste sobre a matéria articulada nos embargos de declaração. (EDcl no AgRg no REsp 1462226/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 24/10/2014) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROVA PERICIAL. MOMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO PERITO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DA QUALIDADE TÉCNICO/CIENTÍFICA DO LAUDO PERICIAL. IMPUGNAÇÃO APÓS A ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS PERICIAIS. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 424, I). OMISSÕES RELEVANTES NO JULGADO (CPC, ART. 535). OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 8. Constatando-se violação ao art. 535, II, do CPC, por omissões acerca de questões nevrálgicas para a completa prestação jurisdicional, deve-se anular o v. acórdão recorrido para que, novamente, sejam julgados os embargos de declaração, sanando-se as omissões existentes e relevantes. 9. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1175317/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 26/03/2014) [grifou-se]

Civil. Ação de compensação por danos morais. Publicação de matéria jornalística supostamente ofensiva à honra. Alegação de mera reprodução de informações prestadas por terceiro. Delimitação da responsabilidade do

meio de imprensa. **Alegação de violação ao art. 535 do CPC. Reconhecimento.** - Ocorre negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão recorrido examina apenas parcialmente a controvérsia, omitindo-se sobre fundamento relativo à pretensão do autor que não ficou logicamente afastado pelo posicionamento do Tribunal a respeito do ponto explicitamente analisado. Recurso especial provido. (REsp 725.050/AL, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 04/09/2006, p. 263) [grifou-se]

Logo, quedando-se inerte acerca de ponto relevante para o deslinde da controvérsia, cumpre devolver os autos ao Tribunal de origem, a fim de que supra a omissão existente.

2. Do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, para anular o acórdão que julgou os embargos de declaração (fls. 428434, e-STJ) e determinar a devolução dos autos ao Tribunal *a quo* a fim de que profira novo julgamento, sanando a omissão apontada.

Por fim, julgo prejudicadas as demais questões ventiladas no recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator